

IKEA: Um case study do capitalismo global

27-Jan-2010

Os interesses da empresa sueca IKEA em instalar um empreendimento comercial no concelho de Loulé está a desenvolver-se claramente como um 'case study'.

Artigo
do leitor Helder Faustino Raimundo

Os interesses da empresa sueca IKEA em instalar um empreendimento comercial no concelho de Loulé está a desenvolver-se claramente como um 'case study'. Não tanto pela sua propaganda de capital liberal e moderno mas, sobretudo, pelos interesses monopolistas que faz girar à sua volta e pelo séquito capitalista que mobiliza.

Artigo
do leitor Helder Faustino Raimundo

Do que se sabe, do plano do gigante do capital sueco, é que pretende instalar um conjunto de centros comerciais em Espanha e Portugal (com o qual não vou perder aqui muito tempo), entre as quais um deles projectado para o concelho de Loulé. Este, segundo os dados e números da empresa, seria uma loja Ikea e um centro comercial InterIkea. O investimento atingiria entre 200 a 300 milhões de euros e criaria cerca de 3000 postos de trabalho. Não havendo mais nada de concreto - pelo menos na opinião pública - nada se sabe da verdade destes números, designadamente que tipo de emprego criaria. O que se sabe é que a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDRA) já recebeu um pedido de viabilidade da obra e já efectuou reuniões internas e com a IKEA e a Câmara de Loulé sobre o assunto.

Em entrevistas sucessivas, o presidente da Câmara de Loulé tem assumido que o caso está em 'discussão pública' e a ser mal entendido e discriminado pela ignorância de alguns. Na verdade não há discussão pública nenhuma, a não ser um monólogo sucessivo da parte de um único actor: a Câmara de Loulé. Porquê? O carácter de discussão pública obrigaria a que se estimulasse um debate na região e no concelho sobre: i) se a proposta de instalação de um empreendimento comercial em terrenos considerados (pelo Plano Director Municipal em vigor) como sendo Reserva Agrícola Nacional e Áreas Predominantemente Agrícolas, contribui verdadeiramente para o que todos apregoam como sendo 'o desenvolvimento sustentável?'; ii) se a pressão exercida pelo gigante sueco, para instalar o seu negócio junto do nó Loulé/Faro da Via do Infante, perto do Parque das Cidades, constitui ou não um golpe de interesse privado em área de confirmado interesse público para toda a região?; iii) e ainda, se a Câmara de Loulé está disposta a impor 'vontades' de alteração sucessiva dos instrumentos de planeamento municipal e

regional, para alargar as áreas construídas e impermeabilizadas, por todo o concelho, quando tem definidas áreas claramente estipuladas como de urbanização ou de expansão industrial/comercial?

Mas

este caso não trata só de uma mera loja de móveis de design sueco. Ele mostra os tentáculos que o capitalismo possui, e arregimenta, quando se trata de acenar rebuçados à crise, com investimentos e emprego. Do que se sabe, a Ikea negocia através de uma empresa testa de ferro, a IMO-224 (a empresa auto-designa-se como 'sociedade veículo'), que assentou arraiais à volta da Via do Infante, tendo adquirido terrenos na área da Alfarrobeira que já somam 40 hectares (lembramos: 40 campos de futebol, iguais ao do Algarve ali perto). A IMO-224, com sede na sociedade de advogados de José Miguel Júdice, afirma não ser especuladora imobiliária, mas o facto é que o montante das aquisições de terrenos que efectuou atinge já, segundo dados da imprensa, quase 17 milhões de euros. Acresce que os negócios incluem cláusulas de confidencialidade, que funcionam como blindagem de informação para a opinião pública e de pressão sobre os vendedores.

Noutro

campo, a cadeia sueca desenvolve uma chantagem que cala fundo na população que passa dificuldades, devido ao crescente desemprego na região. Em muitas ocasiões tem surgido a espada de Dâmocles sobre as nossas cabeças: "Ou aceitam o Ikea nas condições que nós queremos ou iremos para Espanha!". A chantagem sobre o Algarve e os seus territórios é inaceitável, até porque sabemos que a alternativa de Huelva, na Andaluzia espanhola, já está negociada e contratualizada, estando previsto o início da construção para breve e a abertura do Ikea no ano de 2011.

Como

se percebe, este é um assunto que tem feito - e fará ainda - correr muita tinta e muitas teclas nos media tradicionais e nos blogues, e precisa de ser esclarecido perante os verdadeiros interessados: a população do Algarve. Sem a sua participação organizada, em discussão transparente, não é possível realizar qualquer progresso ou desenvolvimento durável. As instituições, e sobretudo os órgãos democráticos eleitos, têm a obrigação de facultar informação e estimular a discussão. Foi para essa função que o povo lhes deu o mandato. Em particular, a Assembleia Municipal de Loulé deverá promover este desiderato. Neste caso, o Bloco de Esquerda, secundado pelo Partido Socialista, já manifestou as suas interrogações e preocupações à Câmara Municipal, aguardando respostas claras às questões acima colocadas. Espera-se que as estratégias de desenvolvimento económico e do emprego, para o concelho de Loulé e para a região algarvia, possam ser esclarecidas em discussão aberta e transparente. Os cidadãos merecem-no!

Helder Faustino Raimundo
- Professor

na Universidade do Algarve e membro do grupo de trabalho de apoio ao Bloco de Esquerda na Assembleia Municipal de Loulé

{easycomments}